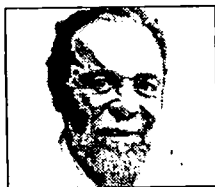


MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

Economia - Brasil Conversa com Malan

• O ministro Pedro Malan queixa-se do exagero com que a imprensa interpreta muitas de suas declarações. Se diz que se estão tomando medidas para combater o déficit público, sai uma manchete: "Déficit não assusta Malan". Se declara que o desequilíbrio das contas externas é um problema a ser tratado seriamente, perguntam logo: "o senhor está apavorado com o rombo na balança comercial?" Falta-nos equilíbrio, acha.

Malan reclama, também, um maior compromisso dos jornalistas com a realidade nacional. Exemplifica com uma confidência recolhida de Domingos Cavallo, quando ministro da Economia da Argentina. O jornalista brasileiro que o entrevistou em Buenos Aires perguntava: "O senhor acha que eles terão sucesso? Eles vão poder controlar o câmbio? Eles conseguirão equilibrar os gastos públicos?" Sempre eles, nunca nós, como se o jornalista fosse um observador sueco ou americano, que não tivesse nada a ver com o Brasil. Afinal, diz, estamos todos no mesmo barco e se achamos o rumo errado, de-

deral. Mas, apesar desse conhecimento, é confiante:

— Acredito que já existe na sociedade brasileira uma consciência da necessidade de reformarmos as estruturas fiscais obsoletas que temos. Quando, no princípio do governo, discutimos a reforma da economia, os entendidos em relações com o Congresso também nos diziam serem elas muito difíceis e todos concordavam em que era impossível alterarmos o monopólio da Petrobrás. No entanto, as reformas foram aprovadas com certa rapidez, inclusive a do setor de petróleo. A reforma da Previdência, que foi desfigurada na Câmara, acabou sendo

vemos dizer por que, e não lavar as mãos, como se nós, jornalistas, pudéssemos mudar de povo ou de país.

A crítica vem de uma das características da experiência profissional ministro: nunca trabalhou no setor privado, que oferece aos seus quadros oportunidades de transferir para as empresas o sentimento de aliança e fidelidade que se costuma ter para com o país natal. No mundo globalizado, muitos executivos sentem-se mais identificados com a IBM, a Electrolux ou a Brown Boveri do que com os seus países de origem, ainda que sejam americanos, suecos ou suíços. Malan é funcionário público há 31 anos e não pretende ser outra coisa na vida. Vai além: sente-se antes servidor público, do que um simples funcionário. Identifica-se com a tradição de economistas dos anos 50, como Jesus Soares Pereira ou Inácio Rangel, que colocavam apenas nos cartões de visita, abaixo do nome, "servidor público". E o que faz um servidor público hoje no comando da economia?

A meta geral da sua ação, diz, é contribuir para a redução das desigualdades na sociedade brasileira. A ação específica do momento é, juntamente com sua equipe e, em especial, com o secretário-executivo do ministério, Pedro Parente, convencer o Congresso da necessidade de uma reforma fiscal, que vá além da mudança tributária, incluindo também a reformulação dos gastos governamentais. Sabe que, talvez, não exista reforma mais difícil que essa, que mexe diretamente no bolso dos contribuintes e no caixa de estados e municípios, além de alterar as expectativas do aparelho arrecadador do Governo fe-

razoavelmente restabelecida no Senado e, de volta à Câmara, deve ser aprovada. É que a maioria dos parlamentares, respondendo ao entendimento que se formou na sociedade, percebe não ser possível conservar tantos privilégios na aposentadoria e nas pensões de quem já é privilegiado. Ou se altera isto agora, ou as alterações terão de ser muito mais radicais daqui a 10 ou 15 anos, quando não haverá dinheiro sequer para pagar os direitos adquiridos que existem atualmente. Com a reforma administrativa, acontece a mesma coisa. As pessoas desejam que o governo lhes preste serviços básicos universais e eficientes. Sabem que, sem que haja a possibilidade de despedir e contratar, de premiar e punir, de eliminar os incompetentes, os desonestos e os desinteressados, isto não acontecerá. Os deputados acabam por responder a esse desejo.

O pilar central da reforma fiscal é a simplificação dos impostos, que são hoje cinquenta e tantos. O Simples, sistema simplificado para as pequenas e micro empresas, já tirou da informalidade 170 mil empresas em pouco mais de um ano, diz Malan. A adoção do Imposto de Valor Agregado (IVA), que incide sobre o consumo e é adotado por cerca de cem países, substituiria o ICMS, o ISS, o IPI, o PIS e o Confins, com, acredita, grandes benefícios para a economia interna, a inserção do Brasil no Mercosul e a criação de empregos. Na semana passada, Pedro Parente apresentou ao Congresso a proposta final do Governo. Pode ser. Mas demandará tempo. Na Alemanha, a reforma fiscal foi discutida oito anos e, no fim, foi rejeitada pelo Congresso.